

Mi

tinha moral para abordar tal assunto. Falou a seguir sobre Indicações de sua autoria a
 serem aprovadas naquela reunião, discutindo o problema do "Célio" e sugestões prevenzi-
 das para proteção da população. A seguir agradeceu a aprovação de Indicações de sua
 autoria dirigidas a Sócios, observando que o 3º Distrito não tinha aprovado o Voto
 do Antônio Carlos Pereira da Cunha, pois também era chefe de sua família. Demos-
 trou a seguir, submissão humilhante e deprimente enviada pelos "pessoais" do Município
 e que haviam sido desclassificadas, afirmando não admitir que o Povo se omita
 se ante a gravidade do quadro lembrando que se alguns não eram renuncizados a lei
 amparava os direitos adquiridos, frisando que o Executivo manifestava extrema in-
 sensibilidade e que isto de se lamentar. A seguir voltou ao Senhor Presidente que
 iniciasse em contato com o Senhor Prefeito e, na próxima Sessão esclarecesse de um
 vez por toda a situação, e que já se desenhava dramática, na que encerrou sua fala.
 Não havendo mais assuntos inscritos, o Senhor Presidente conduziu os trabalhos ao regime
 dedicado a Vidua do Rio. Nesta etapa foram aprovadas as seguintes matérias: Aprova-
 das as Indicações nº 046/93, 047/93, 048/93, 049/93, 050/93, 051/93, 052/93, 061/93,
 062/93, 063/93, 064/93, 065/93, 066/93 e 067/93. Terminada a Vidua do Rio, o
 Senhor Presidente franqueou a Tribuna a Explicação Pessoal, ocupou a Tribuna em
 Explicação Pessoal o Vereador Orlando da Silva Sousa, do PRT, abordando inicialmente o
 início das obras do CIEP no Bairro Jacaré, com a presença do Deputado e Secretário
 de Planejamento do Estado, Fernando Lopes, disse que dentro de pouco alguns meses se
 vão inaugurar o CIEP do Bairro Jardim Esperança. Falou também do compromisso
 assumido pelo Governo do Estado para a construção de CIEPs em 21m Praças, no
 3º Distrito e no Bairro Jangará próximo a Jardim Esperança. Adiante, disse que o
 Prefeito foi Bonifácio estava cumprindo seus compromissos para com a popula-
 ção, resgatando a dignidade do Município, e, restaurando unidades de Saúde e Es-
 colas, recuperando também o máquina administrativa. Finalizando agradecendo
 o apoio recebido por Otto Lino através dos Secretários de Estado Fernando Lopes
 e José Maurício Coimbra. Não havendo mais Vereadores para usar em a Tribuna em
 Explicação Pessoal, o Senhor Presidente encerrando presente Sessão em nome de Deus.
 É para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida à
 aprovação Diretiva, aprovada, seja assinada para que produza seus efeitos legais.

M. S. Silva

Ata da 2ª Sessão Ordinária do
 Primeiro Período Legislativo da Cãmara
 Municipal de Cabo Frio, realizada
 no dia 16 de março de 1993.

Nas diversas horas do dia 16 de março do ano de 1993 mil novecentos e noventa e três, sob a Presidência do Vereador Cleandro da Rocha Mendes e com a compareção do Primeiro Secretário pelo Vereador Waldir Albarrim de Aguiar Neto, reuniram-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Abrem os trabalhos respondendo a chamada nominal os seguintes Vereadores: Guy Silva da Rocha, Aires Braga de Siqueira, Alfredo Luiz da Rocha Boneto, Antônio Carlos Pinheiro da Cunha, Antônio Carlos de Carvalho Pinheiro, Carlos Roberto Nogueira dos Santos, Dênis Pinheiro da Silva, Eduardo Lima Neto, Ivan Luiz de Araújo, Kleqirim Schwindt, Luiz Antônio de Abreu Lemos, Milton Roberto Pereira de Souza, Vinício da Silva Pinheiro e Gilas Rodrigues Pinto. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a sessão sendo em nome de Deus. O requerido lido e aprovada a Ata do 1º Período Ordinário do Primeiro Período Legislativo. Após o cumprimento do rito regimental, o Senhor Presidente entregou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do Expediente que consta do seguinte: Indicação nº 067/93, de autoria do Vereador Waldir Albarrim de Aguiar Neto, assuntos: Solução ao Exmo. Senhor Prefeito Municipal a Implantação de Centros Culturais Adotivos em todas as localidades do Aterro Municipal de Espirito Santo, Indicação nº 070/93, de autoria do Vereador Waldir Albarrim de Aguiar Neto, assuntos: Solução ao Exmo. Senhor Prefeito Municipal a presença de Guardas Municipais no Jardim do Polígono Municipal, Indicação nº 071/93, de autoria do Vereador Luiz Antônio de Abreu Lemos, assuntos: Indicar ao Exmo. Senhor Prefeito Municipal a Construção do Alvará do Cemitério do Jardim Esperança, Indicação nº 072/93, de autoria do Vereador Luiz Antônio de Abreu Lemos, assuntos: Indicar ao Exmo. Senhor Prefeito Municipal a Construção do Alvará do Cemitério Municipal Manoel Diniz Galvão, localizada no Jardim Esperança, Indicação nº 073/93, de autoria do Vereador Luiz Antônio de Abreu Lemos, assuntos: Solução ao Exmo. Senhor Prefeito Municipal, encaminhamento de uma Carta para o Bairro Jangará, Indicação nº 074/93, de autoria do Vereador Luiz Antônio de Abreu Lemos, assuntos: Solução ao Exmo. Senhor Prefeito Municipal a Construção de uma Praça e Quilômetro independente no Bairro Jangará, Indicação nº 075/93, de autoria do Vereador Luiz Antônio de Abreu Lemos, assuntos: Solução ao Exmo. Senhor Prefeito Municipal a Construção de um Hem. Posto de Saúde com cobertura no Bairro Jangará, Indicação nº 076/93, de autoria do Vereador Gilas Rodrigues Pinto, assuntos: Indicar ao Exmo. Senhor Prefeito Municipal a Construção do Rua Costa Veloz, com abertura imedia

Ch.

no no Projeto, Indicação nº 077/93, de autoria do Vereador Gilas Rodrigues Brito, assunto: Indica ao Excmo Senhor Prefeito Municipal a Reforma e Iluminação do Largo Manoel Garcia, Indicação nº 078/93, de autoria do Vereador Gilas Rodrigues Brito, assunto: Indica ao Excmo Senhor Prefeito Municipal a Instalação de Ventiladores de Teto em todas as Salas de Aula das Escolas Municipais, Indicação nº 079/93, de autoria dos Vereadores Waldir Mauricio de Aguiar Neto e Milton Roberto Lúcio de Souza, assunto: Indica ao Excmo Senhor Prefeito Municipal a Pavimentação da Rua Manoel S. Portugal no Loteamento Parque Itaipu, Indicação nº 080/93, de autoria do Vereador Milton Roberto Lúcio de Souza, assunto: Indica ao Excmo Senhor Prefeito Municipal a Pavimentação da Rua "B" do Loteamento Parque Itaipu, Indicação nº 081/93, de autoria do Vereador Milton Roberto Lúcio de Souza, assunto: Indica ao Excmo Senhor Prefeito Municipal a Pavimentação da Rua "S" do Loteamento Parque Itaipu, Indicação nº 082/93, de autoria do Vereador Luiz Antônio de Melo Lopes, assunto: Indica ao Excmo Senhor Prefeito Municipal o Plano da Rotação Raza à Rápis via Am Bragas. Projeto de Lei nº 005/93 - Mensagem Executiva nº 005/93, assunto: Dispõe sobre os Atributos dos Cargos e Funções dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Cabo São João. Terminado a leitura do Expediente, o Senhor Presidente honrou a **Câmara** aos Vereadores, iniciando em uma própria. Como primeiro orador nasceu o Sr. Senador o Vereador Alfredo Lúcio de Melo Brito, do PT, denunciando de início to mais uma tentativa de matar o filho do falecido líder rural Sebastião da N, no povo rural de Cabo São João. Denunciou também a sendo irregular de uma área de cento e vinte e cinco hectares em Campos Novos, de onde havia sido despejado em 1990, e anexo suspenso o pacto de não atrair a requirido do INCRA, segundo constava a transação no via sido mencionada pelo próprio Coordenador da Fundação. Disse que o volume no tempo era uma constante, sendo necessária a efetiva mobilização de todos os segmentos da sociedade, ou melhor da comunidade, sendo que a integração da Câmara era fundamental, comprometendo-se a prestar os esclarecimentos que fossem necessários. Salvo do plebiscito realizado pelo PT no último final de semana, sendo na realidade uma consulta a respeito de qual Sistema de Governo seria defendido pelo Partido dos Trabalhadores no dia 21 de abril. Salvo que o resultado que sendo não era oficial, indicava que o "querer" nacional fixado em dez por cento dos filiações estava sendo alcançado e que a discussão do PT no presente passava por lenta e suave por cento de opção pelo regime presidencialista. Desse modo, disse que diante das fatos sentiu-se mais a vontade para defender o presidencialismo em nome do PT na Câmara Municipal, no seu entendimento particular o melhor regime para o Brasil. Adiante,

dizer que o PT não era presidencialista, mas que não defender uma proposta no momento político vivido pelo Brasil, e, que o PT pregava a transformação da sociedade, a que não estava sendo observado no dia 31 de abril. Prosseguiu, disse que não era o Regime que não resolver os problemas da Nação citando os exemplos dos Estados Unidos, França, Itália, Cuba e Japão, que com regimes diversos apresentavam indicadores positivos de resolução social, com a eradicação do fome, analfabetismo e implantação da Suprema Agrária. Lembrou que no "pós guerra" em meados do Estado de guerra, em da sob intervenção americana o Japão implantara reformas de base inclusive a agrária e no presente, dentro de uma monarquia o Japão era próspero e o povo vivia com dignidade. Disse que fundamentalmente o PT defendia o aprofundamento e consolidação da Democracia, afirmando de forma positiva a estrutura básica econômica da Nação Brasileira. Disse que o Brasil, deveria adotar medidas que aprofundassem o sentido da democracia, e que o PT postulava pela criação e regulamentação de formas de consulta e participação popular nas diversas instâncias do Poder, algumas já garantidas na Constituição de 1988, citando como exemplo o Plebiscito. Adiante, disse que o PT não entendia o fortalecimento da democracia sem uma reavaliação discussão do papel do Poder econômico nas Campanhas eleitorais, discutindo a seguir sobre fatos negativos de tal poder, tendo como exemplo maior a eleição do Senhor Fernando Collor, produto da mídia e consequentemente do poder do dinheiro o que não podia mais ser repellido. Destacou também necessidade imperiosa de se rever o voto e de concessão de Voto e Seleção no Brasil e mais uma vez citava 1989, quando o Jornal Nacional do Rede Globo lançara edição após esgotado o prazo de propaganda eleitoral, esperando determinado candidato e nenhuma punição foi praticada contra a revista impropria. Falou também da importância do voto proporcional ante a ameaça de "cauquismo" pelo possível advento do voto distrital e consequente domínio do poder econômico, e assim ao continuar defendendo o voto proporcional o PT entendia ser necessária uma revisão na questão. Disse que o PT defendia o fortalecimento dos partidos, ou seja, no momento significava defender a lista partidária e que a regulamentação partidária reverbisse o voto e estabilizasse a lista prioritária, e que o voto não fosse minimal, prática que era comum no Brasil. Em seguida, disse que o PT não abria mão de discutir a exatidão a revogabilidade do mandato, entendendo que a população tinha o direito de se manifestar quanto a situação do Parlamentar ou do Executivo, ou seja, que que poder se encaminhado por uma instância maior tal questão, culminando de mesmo com a perda de mandato. Adiante, disse que os partidos organizados na Frente Brasil Popular

estavam juntos todos em 1994, no intuito de combater para a classe a revelação que era feita, no que envolveu sua foto. A seguir, ocupou o tribuna o Vereador Carlos Rodu que Bento, e invocando sua foto, procedeu a leitura de manifesto de "Furacão" do Prefeito, desclassificado por Decreto do Senhor Prefeito, no texto os servidores que se consideravam injustiçados estavam numa organização para a legalidade dos Decreto de reclassificação. Paralelamente o Vereador do Povo, disse que o Prefeito estava criando um problema social das mães grávidas, levando a humilhação e desmoralização muitos chefes de família, grande parte já contando mais de quarenta anos, que ao amparo do deu haviam sido ribeirados em seus cargos, colocando em risco o patrimônio de compromissos de cidadania firmados para com a comunidade. Por conseguinte, invocou ao Senhor Presidente que criasse uma Comissão Parlamentar para que em contato com o Senhor Prefeito fosse encontrada uma solução imediata, no que envolveu sua foto. A seguir ocupou o tribuna o Vereador Luiz Suma da Silva, observando ao início que faltavam mil trezentos e cinquenta e quatro dias para que a população de Alto São voltasse a cair. Por conseguinte, abordou o pronunciamento do Vereador Carlos Rodrigues Bento, manifestando sua solidariedade de ao colega e aos servidores que haviam sido ribeirados em seus cargos por Decreto do Prefeito, causando uma situação de humilhação para chefes de família. Adiante, disse que não apenas a precarização estava sendo perseguida, mas outros servidores, abrangendo todas as categorias e que estavam sofrendo o mesmo tipo de situação, inclusive com a situação de insolubidade e adicional noturno, entre outros distribuídos também pelo Prefeito Municipal. Observou que os demitidos não estavam recebendo o FGTS, nem mesmo a quota para se habilitarem ao seguro desemprego, o que era uma afronta ao cidadão. Sobre a abrangência Vereador propôs a seguinte alteração dos servidores afirmando que agora um pouco mais de respeito fosse dirigido ao servidor municipal, haja vista que os salários de forma. Por conseguinte, disse que em contato com Presidente do Sindicato, houve conhecimento de uso de sua atividade que por iniciativa do Prefeito. Em aparte, o Vereador Carlos Roberto depois do Bento disse que o adicional noturno e o insolubidade estavam sendo pagos, e que na realidade alguns funcionários, inclusive sindicalistas o Vereador estavam recebendo vantagens indevidamente. Ainda em aparte, disse que com relação ao Sindicato havia sido desobediência no Supremo anterior, tendo havido inclusive manifestações no Parlamento de apoio a tribuna. Por conseguinte, informou o Vereador que os servidores continuavam pleiteando a insolubidade e o adicional noturno, e que a história de moralização em primeira mão

minto não passava de um sobrinho e que as injúrias continuavam, e, que poderia enumerar os funcionários que reclamavam ao Gabinete do Vereador do PSD. Sócio a seguir o CEPEL, Centro de recuperação de memória de uma, marchou pela Igreja Metodista de Cabo Frio, que segundo informações, o ditador municipal havia retirado todos os funcionários municipais que trabalhavam sempre no Instituto, e que os responsáveis deveriam buscar na comunidade soluções para o problema e mais uma vez, voltou apoio ao Vereador Carlos Roberto Riquieiro dos Santos para que o CEPEL não fosse punido também pelo ditador de Cabo Frio. Em quele, o Vereador Carlos Roberto Riquieiro dos Santos disse que, com relação a injúrias praticadas contra funcionários, disse que se preocupou com o intuito de ajudar, e de maneira alguma para evitar de que "tenho acesso aos arquivosombuds do ditadura", aduzindo que quer havia acesso e queria muito bem o ditador para o cidadão, tendo sido criada a CEASA, ao PSD e ao PFL. Continuando no aparte, disse espantar de criar uma atitude mais digna na Câmara, uma atitude mais corajosa pois com o papel desempenhado pelo Vereador e jamais para evitar do Vereador Divaldo Siqueira da Silva graças que de forma alguma ajudavam ao cidadão. Continuando, o Vereador Divaldo Siqueira da Silva agradeceu o aparte, afirmando não considerar graças, ou humilhar com a dignidade e o honra das pessoas como no prólogo no atual governo no que encerrou sua fala. Como último ato no momento, recebeu a Câmara o Vereador Divaldo da Silva Siqueira - que comentando inicialmente que o povo de Cabo Frio sofreu durante mil quarenta e seis dias, durante o governo do ditador que antecederia ao governo do Prefeito José Bonifácio. Prosequindo, mencionou ter acabado de receber um controle de acompanhamento de processos, onde estava registrada atuação do Instituto Superior de Controle Externo do Senhor Sen Saldanha. Prosequindo, disse não aceitar críticas dirigidas ao Prefeito José Bonifácio, um homem íntegro e que procurava de todos os modos elevar em nível aceitável a administração municipal embora pouco mais de trabalho. Disse que as críticas do Prefeito José Bonifácio, esqueciam do Prefeito Sen Saldanha, que havia destruído dez milhões de cruzeiros e a seguir procedeu a leitura da atuação imponente do Prefeito Sen Saldanha e de deixar a Fundação Calmon a importância de dois milhões de cruzeiros novos, acrescido de juros de mora e correção monetária o parir de 28 de novembro de 1989, por decisão do Tribunal de Contas do Rio. Continuando, disse que o Prefeito estava sendo condenado pelo TCU, por não ter prestado contas de recursos repassados pela Fundação Cultural Calmon para realização de eventos em Cabo Frio, incluindo entidades negras do interior do Estado de Rio de Janeiro. A seguir discorreu ampla e extensa crítica sobre o governo Saldanha, incluindo e excessivo número de funcionários acatando grandes prejuízos para

Di

os certos proibições, e por, a grande maioria sem trabalhar, os entao adida prohição
sante a outras orgãos. Disse que a situação encontrada pelo Prefeito foi Benéfico
era caótica e gradualmente a máquina administrativa ia sendo ajustada e
evidente que alguns setores ainda estavam desorganizados, mas, tudo era questão
de tempo, pois em certo prazo o Município já estaria sendo beneficiado pelas
ações proibições do atual Governo, no que entendeu sua fala. Não havendo mais ou
dores incerto, o Senhor Presidente transportou os trabalhos ao segmento dedicado
a Ordem do Dia. Neste etapa foram apreciadas as seguintes matérias: Banca
marchada a Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei nº 005/93, Res
resolução Legislativa nº 005/93, Apreciadas as Indicações nº 069/93, 070/93, 071/93,
072/93, 073/93, 074/93, 075/93, 076/93, 077/93, 078/93, 079/93, 080/93, 081/93
e 082/93. Não havendo mais matérias para serem apreciadas neste segmento, o Senhor
Presidente transportou os trabalhos ao segmento dedicado a Explicação Pessoal. Aqui
o Senhor em Explicação Pessoal o Senador Eduardo Araújo Neto, definiu inicialmente
o Prefeito como um operador, mas outro aspecto de seu perfil, aduziu, era a impossibilidade
para no realidade ainda não conseguiu administrar o Município. Disse que na questão
de Saúde, o Sr. Neto ainda não iniciou trabalho contra a epidemia e que no zona rural
do Município os postos de Saúde em sua maioria continuavam sem médicos. Falou
que na área odontológica muitos postos estavam também sem dentistas e que era lamentá
vel. Disse ainda, disse que embora os mil e quinhentos dentistas, a justiça natural
ainda não fora praticada pelo Prefeito, como prometia em campanha, o exemplo de
outras promessas não cumpridas. Sobre o esporte, segundo informações apuradas a Prefeitura
pretende pedir licença a Educação e que também era de se lamentar pela omissão do
Poder Público. Em relação a Educação disse ter sido informado que a Secretaria tem
a intenção extinguir as salas de leitura nas escolas municipais, combatendo e negando
um dos hábitos mais saudáveis da ser humano. Falando ainda sobre Educação, disse
que a Secretaria estava contratando os professores para a realização de curso no Município,
que a remuneração era arbitraria com os professores que se negavam tendo os
seus nomes levados a Secretaria e assim era o Governo deliberar em Cabo Branco. Quanto
ao mundo escolar, disse que muitas escolas não oferecem alimentação e a situação
segundo contava na a demissão de dezenas de professores, destacou que na Escola
do Angelim os funcionários haviam que fiquer água de lavar para fazer alimentos e
higiene, e que o Prefeito foi Benéfico já estava no local, considerando a realidade
na estrutura e indagando por que a comunidade não realizava o conserto, o que con

sindicou um absurdo. Ainda sobre o assunto, disse que a Comunidade não mal para a ten-
 zela do Estado por falta de um caso de crime, material julgado desde o dia primeiro
 de junho, e ainda não foi entregue. Comentou que um Vereador se dispôs a ir à Tribu-
 na defender o Prefeito em relação a situação dos preços, considerando injusto que pro-
 visionários pagassem por eles que eventualmente haviam sido cometidos por administra-
 ções anteriores. Quando após ao Senhor Presidente da Câmara e aos Vereadores do Ge-
 rúneo para que dessem um empunhão na máquina administrativa, até então parados, no
 que encerrou sua fala. A seguir, ocupou o Tribuna em Expediente Pessoal, o Vereador
 Edilton Roberto Pereira de Souza, e de início relatou-se a disposição do Sindicato dos Tra-
 balhadores Rurais do Rio Grande em vista o relato de Vereador Alfredo de S. do Rato
 Pereira em relação a tentativas de assassinato contra o filho do lavrador Sebastião Zan-
 e outros conflitos na região de Campos Novos. A seguir, anunciou que a Loja de São Gus-
 tava estava se transformando em grande ponto de venda de cocaína e maconha, com a
 participação de todos os Vereadores residentes no Bairro, Selo Rodrigues Brito e Queiroz Basso de Albuquerque
 para contato com o Batalhão do Exército Militar solicitando policiamento para o local. Anon-
 ciou ainda reuniões e festas, as reuniões dirigidas ao Governo Municipal, exigindo uma pre-
 sença administrativa em certo prazo, lembrou e que considerou as despesas administra-
 tivas de Alair Cavio e São Salomão, quando os mesmos citados de forma fulcra e conside-
 ravam ideal o prazo de seis meses para um Governo implantar-se definitivamente de for-
 ma ordenada e assim, pedir para o Governo por benefícios também o prazo de seis meses.
 Resumindo, disse que as críticas que eram exacerbadas, também tinham uma dose
 excessiva de parcialidade e que não era de bom senso para a atividade política, no
 que encerrou sua fala. A seguir ocupou o Tribuna em Expediente Pessoal, o Vereador Queiroz
 Basso de Albuquerque, relatando a seguir o caso de um motorista da Prefeitura, no caso da
 Saúde, e que tendo se recusado a entregar suas ferramentas em vitais com máquina ba-
 tendo, sem autorização superior por escrito, havia sido demitido e, com a indenização
 sendo calculada em valor muito inferior ao devido em relação ao salário mínimo.
 Protestou contra o fato, pois o trabalhador agora não tinha como se defender, lembrou
 do que em Governos anteriores a passava em dia de pagamento havia com sua man-
 nha e rompendo impérios, além de receber dinheiro de provisionários com a finalidade
 de até de contratar advogados. Resumindo, disse que a situação de ajuste sala-
 rial mais uma vez estava com os erros costumeiros, podendo ser constatado que o fe-
 lito continuava a desobedecer aos seus Vereadores, na medida em que a pronuncia-
 mento do Vereador do PT deu caso claro, não deixou em participar na elaboração

Di:

de livros sobre política salarial, o que não ocorreu. Comentando sobre a Mensagem, disse que era criado cargo de "coadjutor", mas não especificava o número de vagas, imperativo para a constituição de sindicatos, o exemplo de outros países também tem número definido de vagas, um entendimento atentado a normas básicas de direito trabalhista. Falou também dos elementos entre Prefeitos e Vereadores de sua Paróquia, lembrando Emenda do Vereador Carlos Roberto Maguiera dos Santos quanto a Suplementação de verbas por Prefeito, negada pela referida Câmara e que continuava sendo praticada pelo Prefeito na referida Mensagem. Disse que a Câmara estava diante de um "non omnis" político, quando não se sabia se a falta de respeito ao Prefeito era de nos com relação à Câmara ou se o Executivo queria apenas questionar aos Vereadores, o que parecia possível quando se comentava que haveria mudança na representação legislativa do Prefeito, dissolvendo-se em tal ação a incompetência do Vereador ou Vereadores. Quis também entre outros revelações a possibilidade de possível do Prefeito ou também o incompetente na história. Dissimulando-se a Presidência, lembrou que em Explicação Pessoal era usada a elocução de nomes de Vereadores na medida em que era proibido o apelo e alguns Vereadores pareciam desconhecer. Quanto ao show patrocinado pela cervejaria SKOL nos últimos dias de Julho fora um verdadeiro escândalo com lotes sendo consumidos livremente com a família sobrepunha sendo agredida e, sem que pudesse entender, a SKOL fora agraciada com uma Menção de Aplausos pela Câmara e, tendo tomado conhecimento que o filho requir pagaria o Aluguel devido, no que encanou sua foto. A seguir, ao falar de Carlos Roberto Maguiera dos Santos do PSB, abusando involuntariamente que em Explicação Pessoal não poderia haver apelidos, mas que o seu nome fora elocuído pelo Odeador que o antecedeu. Perguntando, disse que o show promovido pelo SKOL no Povo do Norte e as críticas ulteriores, disse que a questão não fora devidamente tratada pois embora o Carnaval fosse uma festa marcada por uma série de críticas ganhava um per, isso fora mencionado do calendário, e muito menos uma ofensa para a família, e assim se esquivava como ridículo e argumentação dasi para a crítica. Quanto ao dinheiro do PSB, rivalidade dos funcionários, disse que a mesma elocuada sob o sol, na realidade fazia parte de um trabalho de conscientização e politização do funcionário, que tinha que elaborar financeiramente um na entidade de classe, para que fosse produtivo um trabalho em benefício do servidor. Perguntando, disse que no Conto 1130398.7, poupança do Banuf, um saldo em fevereiro de março no valor de dez milhões, quinhentos e noventa e nove mil, du

juntos e reunidos e cerca exigiu, logo tentou a fidelidade do ASMO. Disse que por
 primeiro usou no âmbito da Associação uma Diretoria de nível muito significativo. Dis-
 se que os comitantes sobre sindicatos ou outras entidades devem ser produtores de dis-
 logo com as representatividades, para que elas não possam levantadas de forma le-
 viana. Sobre educação noturno e salubridade, disse que em contato com o Secretário
 de Administração comunicou que os motoristas de ambulância não recebiam insula-
 buidade, tendo como entendimento que o queiro estava sendo resolvido podendo não
 haver alguma providência, mas de forma alguma não produzir a injustiça contra um mabo
 voto em particular como foi o caso do Tuburo. Quanto a demagogia de reajuste
 embora as falhas detectadas, podia sentir em primeira ordem que existia uma diferen-
 ça básica ou transcendental do Governo José Bonifácio para o Governo São Salomão
 e para o Governo Alair Araújo, baseado na intenção, lembrando o diálogo achata-
 mento salarial sofrido pelos servidores nos governos citados. Adiante avisa que a
 diferença era a intenção porque no momento a Prefeitura apontava agora para
 um ganho salarial, no que entrou sua fala. O senhor, contou a história do Vereador
 Antônio Carlos Souza da Cunha, do PRT, afirmando inicialmente não aceitar as cul-
 tas de que o Governo José Bonifácio era lento, quando a administração tinha por
 os mais de dois meses de abundância. Observou que a atual administração estava
 adotando providências urgentes no município tentando apagar o erro deixado
 por duas administrações de péssima repercussão quanto a probidade, exigência pri-
 mária no trato dos negócios públicos. Acrescentando, disse que no aspecto salarial re-
 tentava que a justiça ainda não estava sendo praticada, mas podia afirmar
 que no tempo devido tudo seria corrigido. Discorreu com frequência pelo que considerava
 o uso demagógico da Tuburo, postulando pelo enquadramento da prática no novo decré-
 to e infundada e que nada produziam de positivo para a coletividade. Reafir-
 mando sua confiança no Governo do PRT, instalado no Município, disse que a in-
 zindade e lealdade do Prefeito José Bonifácio, citada em termos extremados o caso
 público, estava acomodando e equívocos acastamentos com outro tipo de comportamento.
 Disse que era uma resposta algumas críticas colocadas por alguns Vereadores, referen-
 do-se a questão da Estância de um Polígono abanqueado, não se fala de fácil solução que
 do divendamente conduzido, o que por este não prometa, mas, já estava sendo corri-
 gido. Citou uma vez falando de sua confiança nas idas de justiça e probidade do Ge-
 verno Abanqueado, o Vereador do PRT entrou na fala. Não havendo mais credores fo-
 no uso do Tuburo em Explanção Social, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão

João

em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata que depois de lida, submetida e apreciação Plenária aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.

João
M. G. M. G.
Recebi.

Ata da última Sessão Ordinária do Simuro Simado Regulador da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizado no dia 18 de março de 1993.

Nas diversas horas do dia 18 de março do ano de 1993 mil noventa e nove e três, sob a Presidência do Vereador Afonso da Rocha Mendes, e com a presença do Simuro Simado pelo Vereador Waldemar de Aguiar Neto, reuniram-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Abriu-se a sessão com a chamada nominal os seguintes Vereadores: Vagner Silva da Rocha, Aires Figueira de Figueiredo, Adalberto Pinto de Andrade, Antônio Carlos Simão da Cunha, Antônio Carlos de Carvalho Mendes, Alfredo Lourenço da Rocha Barros, André Simão da Silva, Edvaldo Cunha Neto, Ezequiel Schmidt, Luis Antônio de Abreu Leão, Milton Roberto Simão de Souza, Ivan Dias de Araújo, Carlos Roberto Albuquerque dos Santos, Orlando da Silva Simão e Sílvio Rodrigues Pinto. Assim sendo, o Vereador Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir foi lida e aprovada a Ata da sexta Sessão Ordinária do Simuro Simado Regulador. Após cumprimento do rito regimental, o Senhor Presidente relatou ao Senhor Simuro Simado a leitura do Procedimento que consta do seguinte: Projeto de Lei nº 006/93, de autoria do Vereador Sílvio Albuquerque Figueira, assinante Aires e denominar-se Rua da Comunidade a Rua Projeteada com início na Rua "I" e término no recanto das Ruas, Manoel Manoel Pereira; Projeto de Lei nº 007/93, de autoria do Vereador Sílvio Albuquerque Figueira, assinante Aires a denominar-se Rua Francisco Chagas a chamada Rua Projeteada localizada no bairro Jardim Esperança; Projeto de Lei nº 008/93, de autoria do Vereador Sílvio Rodrigues Pinto, assinante Aires a denominar-se Rua Abdo Adilson Simão Simão, a Rua Projeteada com início na Rua do Simão e término na Rua Abdo Adilson Simão localizada no bairro Jardim Esperança; Projeto de Resolução nº 001/93, de autoria do Vereador Carlos Roberto da Câmara, assinante Aires sobre os encaminhamentos dos Cargos; Resolução dos Vereadores da Câmara Municipal de Cabo Frio; Resolução de nº 001/93, de autoria do Vereador Antônio Carlos Simão da Cunha, assinante Aires sobre a Sessão: